



CADERNO DE ENCARGOS

PROCESSO Nº 38/AD/SGEC/2020

Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança e Saúde em Projeto e em Obra relativo às Empreitadas para a implementação de medidas de eficiência energética - POSEUR

Índice

Capítulo I - Disposições Gerais	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Entidade adjudicante	3
Cláusula 3. ^a Contrato	3
Cláusula 4. ^a Acompanhamento da execução do contrato	4
Capítulo II - Obrigações Contratuais	5
Seção I - Obrigações da entidade adjudicatária	5
Cláusula 5. ^a Obrigações principais da entidade adjudicatária	5
Cláusula 6. ^a Local da Prestação dos Serviços	6
Cláusula 7. ^a Prazo de execução dos serviços	6
Cláusula 8. ^a Dever de sigilo, confidencialidade e segurança de informação	6
Cláusula 9. ^a Prazo do dever de sigilo	7
Cláusula 10. ^a Boa-fé	7
Cláusula 11. ^a Preço base	7
Cláusula 12. ^a Preço e condições de pagamento	7
Seção II - Obrigações da entidade adjudicante	8
Cláusula 13. ^a Obrigações da entidade adjudicante	8
Cláusula 14. ^a Penalidades contratuais	8
Cláusula 15. ^a Resolução do contrato	9
Cláusula 16. ^a Força Maior	10
Capítulo III - Requisitos técnicos	11
Cláusula 17. ^a Especificações técnicas	11
Capítulo IV - Disposições finais	14
Cláusula 18. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação	14
Cláusula 19. ^a Despesas	14
Cláusula 20. ^a Comunicações e notificações	14
Cláusula 21. ^a Resolução de litígios	15
Cláusula 22. ^a Regulamento Geral de Proteção de Dados	15
Cláusula 23. ^a Legislação aplicável	18

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual em regime de ajuste direto, que tem por objetivo principal a aquisição de serviços de fiscalização, coordenação de segurança e saúde em projeto e em obra relativo às empreitadas para a implementação de medidas de eficiência energética – POSEUR, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º e nos termos dos artigos 112º e sgs. do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atualizada (doravante designado por CCP).
2. As especificações técnicas dos serviços a adquirir, são as constantes da cláusula 17.ª deste caderno de encargos.
3. Aos serviços objeto do presente procedimento aplica-se o CPV “71247000-1 Supervisão de trabalhos de construção”, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74 em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª Entidade adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Estado Português, sendo o procedimento conduzido pela Secretaria-Geral da Educação e Ciência, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 2, 1350-178 Lisboa, com os números de telefone +351 217 811 600, de telefax +351 217 811 621 e com o e-mail: compras.mec@sec-geral.mec.pt.

Cláusula 3.ª Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos do disposto do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. A adjudicação é formalizada com a notificação da decisão de adjudicação obrigando-se a entidade adjudicatária a entregar toda a documentação necessária exigida, dentro do prazo referido na respetiva notificação de adjudicação.
3. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

Cláusula 4.ª Acompanhamento da execução do contrato

Para efeitos de acompanhamento da execução do contrato e dos previstos no artigo n.º 290.º-A do CCP, a entidade adjudicante designará um Gestor do Contrato e um substituto.

Capítulo II - Obrigações Contratuais

Seção I - Obrigações da entidade adjudicatária

Cláusula 5.ª Obrigações principais da entidade adjudicatária

- a) O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
- b) Constituem ainda obrigações da entidade adjudicatária:
- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar os serviços nos termos previstos na cláusula 17ª do presente caderno de encargos;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos, materiais que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - d) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nela se encontrem envolvidos;
 - e) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar.
 - f) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar;
 - g) Não alterar as condições da prestação de serviços previstas no presente caderno de encargos;
 - h) Disponibilizar informação relevante para a gestão do contrato.

Cláusula 6.ª Local da Prestação dos Serviços

O local da prestação dos serviços será nas instalações da entidade adjudicante, no Palácio das Laranjeiras, Estrada das Laranjeiras, n.º 205, em Lisboa.

Cláusula 7.ª Prazo de execução dos serviços

A prestação dos serviços objeto do contrato deverá cumprir os prazos previstos na cláusula 17ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 8.ª Dever de sigilo, confidencialidade e segurança de informação

1. A entidade adjudicatária obriga-se a não divulgar ou comunicar a terceiros, sem consentimento da entidade adjudicante, informações, documentos ou quaisquer outros elementos ou dados relacionados com a prestação dos serviços, que obtenha em virtude da execução do contrato, nem a utilizá-los para fins que sejam alheios à própria prestação contratada.
2. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pela entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, relativa à proteção de dados pessoais.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a entidade adjudicatária seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Em especial, a entidade adjudicatária obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados a que tenha acesso no âmbito da execução contratual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
 - b) A remover e destruir, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com aqueles dados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.
6. De igual forma, a entidade adjudicatária garante que terceiros que utilize na execução do contrato respeitam os deveres referidos.

Cláusula 9.^a Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação por qualquer causa do contrato sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos designadamente à proteção de segredos de dados comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.

Cláusula 10.^a Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 11.^a Preço base

1. O preço base do procedimento é de 14.000,00€ (catorze mil euros), a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

Cláusula 12.^a Preço e condições de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusulas anterior, deve ser paga após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas ou documentos equivalentes são liquidados pela entidade adjudicante no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas ou documentos equivalentes, deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura ou documento equivalente corrigido; o prazo previsto no número 3 ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida nova fatura ou documento equivalente.
4. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo adjudicatário não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços prestados.
6. Não são admitidas revisões do preço contratual.

Seção II - Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 13.^a Obrigações da entidade adjudicante

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nos termos previstos nas Cláusulas 11.^a e 12.^a.
2. Sem prejuízo dos deveres de sigilo e do cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, a entidade adjudicante obriga-se ainda a disponibilizar em tempo útil, a informação que lhe seja solicitada pelo adjudicatário, contanto que esta seja necessária à boa e integral execução do contrato.
3. A entidade adjudicante proporcionará à equipa técnica do adjudicatário o acesso às instalações indicadas na Cláusula 6.^a, de acordo com as suas regras de funcionamento interno, das quais será oportunamente dado conhecimento.
4. A entidade adjudicante designará, nos termos e para os efeitos do artigo 290º A do CCP, um gestor do contrato.

Cláusula 14.^a Penalidades contratuais

1. No caso de atrasos na prestação de serviços, por razões imputáveis ao adjudicatário, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da entidade adjudicante, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \left(\frac{V}{T}\right) * A$$

sendo que:

P = Penalidade

V = Preço Contratual

T = Período do contrato (em dias)

A = Dias de atraso

2. A penalidade prevista no número anterior, tem a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo da reclamação de indemnização por eventual dano excedente,

se para tanto existir fundamento, considerando-se aplicada após comunicação escrita, dirigida à entidade adjudicatária, sendo aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

3. A penalidade deve ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua aplicação, podendo ser deduzidas em qualquer pagamento que seja devido em momento subsequente.

4. Sempre que um facto dê origem ao pagamento de penalidades e possa originar a resolução do contrato, a aplicação de penalidade(s) que seja(m) devida(s) por esse facto não prejudica o exercício do direito de resolução do contrato, nem as obrigações indemnizatórias decorrentes desse exercício.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com quaisquer quantias que se mostrem devidas pelo incumprimento.

Cláusula 15.ª Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, assistindo-lhe ainda o direito a ser indemnizada pelos prejuízos sofridos, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:

- a) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que comprometa de forma irreversível a manutenção do contrato, nos termos do disposto no previstos na cláusula 17ª do presente caderno de encargos;
- b) Quando o adjudicatário se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55º do CCP;
- c) A cessão da posição contratual ou subcontratação em violação do disposto na Cláusula 18.ª;
- d) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que comprometa de forma irreversível a manutenção do contrato;

2. O direito de resolução previsto no n.º 1 exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, e não lhe confere direito a qualquer indemnização.

3. Nos casos não especialmente previstos no n.º 1, a mora ou cumprimento defeituoso do contrato por prazo superior a 5 (cinco) dias poderá a entidade adjudicante resolver o contrato, notificando o adjudicatário desse facto.

4. Em caso de incumprimento por parte do adjudicatário que fundamente a resolução do contrato, a entidade adjudicante reserva o direito de operar a cessão da posição contratual nos termos do artigo 318.º A do CCP.

5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena correspondente a 20% do preço contratual.

Cláusula 16.^a Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerras ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo III - Requisitos técnicos

Cláusula 17.^a Especificações técnicas

As seguintes especificações técnicas referem-se à prestação de serviços de Gestor Geral da Qualidade, Fiscalização, Coordenação de Segurança e Saúde em Projeto e em Obra, relativo às Empreitadas, a executar no Palácio das Laranjeiras, sito na Estrada das Laranjeiras, 205 em Lisboa:

- a) Reparação, melhoramento e instalação dos vãos envidraçados;
- b) Instalação de bomba de calor para a produção de água quente e Instalação/substituição de unidades *splits* (AVAC);
- c) Substituição de iluminação;
- d) Instalação de Sistema Fotovoltaico.

Estes trabalhos enquadram-se no âmbito da implementação das medidas de eficiência Energética que integram o projeto “Eficiência Energética no Palácio das Laranjeiras”, aprovado no quadro do Eixo Prioritário do SAMA Apoiar a Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono em Todos os Setores”, e que tem como objetivo específico o aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da Administração Central do Estado.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

1. CONTROLO DE EXECUÇÃO DAS EMPREITADAS

- a) Verificação e comparação permanente dos materiais, processos, equipamentos e soluções técnicas adotadas pelo empreiteiro na execução da obra, com as cláusulas, condições e características estabelecidas nos projetos, no contrato de empreitada e nas restantes disposições legais em vigor;
- b) Análise e garantia da correta materialização dos projetos aprovados, incluindo eventuais alterações dos mesmos, verificando os parâmetros característicos de cada instalação, em conformidade com os projetos de execução respetivos;
- c) Garantia de que todos os ensaios previstos nos Projetos e no contrato de empreitada são realizados, bem como a apresentação de proposta de outros que entenda necessários;
- d) Indicação das Inspeções e Ensaios a executar para os diferentes tipos de trabalhos e a respetiva periodicidade, de acordo com o Caderno de Encargos da Empreitada, com a obrigação de participar na sua realização, em colaboração com o empreiteiro, os autores dos projetos e outras entidades especializadas;

- e) Emissão de parecer sobre propostas apresentadas pelo empreiteiro no que respeita a alterações aos materiais, equipamentos e processos de construção a utilizar na obra, recorrendo sempre que se revele necessário, ou a entidade adjudicante assim o entenda, a ensaios de controlo em laboratório próprio ou oficial, em articulação com os autores dos projetos;
- f) Análise das alterações que venham a ser introduzidas ao projeto da empreitada, verificando a adequação das soluções previstas e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis em articulação com os autores dos projetos;
- g) Análise e verificação da conformidade dos materiais aplicados, dos equipamentos usados e dos processos de construção utilizados pelo empreiteiro, implementando as ações necessárias, nomeadamente com a emissão de parecer fundamentado no sentido da sua aprovação ou rejeição, informando a entidade adjudicante sobre a documentação respetiva apresentada pelo empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes, e promovendo, sempre que julgue necessário e/ou a entidade adjudicante o entenda, ensaios de controle em laboratório próprio ou oficial, devendo ser dada preferência, quando disponíveis, a laboratórios de ensaios acreditados para o tipo de ensaios pretendido;
- h) Fiscalização da qualidade das operações executadas pelo empreiteiro e verificação, da implantação das partes integrantes da obra e a sua geometria, antes e ao longo da sua execução, por forma a garantir a boa execução da empreitada;
- i) Verificação da adequação do projeto de execução às efetivas condições no terreno, alertando atempadamente a entidade adjudicante e os Autores de Projeto para as incongruências que forem detetadas;
- j) Controlo e participação na realização dos ensaios laboratoriais da obra a efetuar pelo empreiteiro, e nos requeridos pela entidade adjudicante, pelos autores dos projetos ou por outras entidades especializadas;
- k) Elaboração de todas as recomendações julgadas convenientes, com o intuito de melhorar a qualidade de execução e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato de empreitada;
- l) Participação nos processos conducentes à consignação, montagem, colocação em serviço, receção provisória e definitiva da obra ou de partes dela.

2. RECURSOS HUMANOS

- a) Reparação, melhoramento e instalação dos vãos envidraçados - Eng. Civil;
- b) Instalação/substituição de unidades splits (AVAC) - Eng. Eletrotécnico e/ou Mecânico;
- c) Substituição de iluminação - Eng. Eletrotécnico e/ou Mecânico;
- d) Instalação de Sistema Fotovoltaico - Eng. Eletrotécnico e/ou Mecânico.

3. ESFORÇO

- a) 1 Eng. Civil;
- b) 1 Eng. Eletrotécnico e/ou Mecânico durante 1 dia por semana (para cada técnico) durante o prazo previsto para os trabalhos.

4. DURAÇÃO PREVISTA DOS TRABALHOS:

- a) Reparação, melhoramento e instalação dos vãos envidraçados - 120 dias;
- b) Instalação/substituição de unidades *splits* (AVAC) - 30 dias;
- c) Substituição de iluminação - 30 dias;
- d) Instalação de Sistema Fotovoltaico - 30 dias;

5. REQUISITOS LEGAIS

O adjudicatário obriga-se a cumprir todos os requisitos legais aplicáveis, em particular no que se refere a requisitos legais de ambiente, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social, conforme **Anexo I** do presente caderno de encargos.

Em todos os trabalhos a executar, visa-se o cumprimento de todas as normas e regulamentos aplicáveis em vigor bem, o cumprimento das indicações dos fabricantes na aplicação dos diversos materiais e equipamentos a incorporar em obra.

O prazo de execução dos serviços é idêntico ao da duração prevista para cada uma das empreitadas, após a respetiva consignação.

Capítulo IV - Disposições finais

Cláusula 18.^a Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 316.º a 324.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe à entidade adjudicatária a exata e pontual prestação dos serviços, em cumprimento do convencionado, não podendo este ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato.

Cláusula 19.^a Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 20.^a Comunicações e notificações

1. Todas as notificações e as comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações e as comunicações entre as partes devem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Na fase de formação do contrato, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
 - b) Na fase de execução do contrato, pelos meios a que se refere a alínea anterior, ou por telecópia (fax), por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
3. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a entidade adjudicante e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.
4. Na fase de execução do contrato, as notificações e as comunicações efetuadas pelo adjudicatário através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, devem ser confirmadas à entidade adjudicante por meio de carta

registada ou de carta registada com aviso de receção, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de as mesmas se considerarem sem efeito.

Cláusula 21.ª Resolução de litígios

1. As partes convencionam que é competente para a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. As partes aceitam atribuir a competência para a resolução de litígios relativos à interpretação, validade e execução do contrato de valor igual ou inferior a € 3.740.948,23 (três milhões setecentos e quarenta mil novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos) ao Centro de Arbitragem Institucionalizado: CAAD- Centro de Arbitragem Administrativa, nos termos e para os efeitos do disposto na Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro e na alínea b) do n.º 2 do artigo 476º do CCP.

Cláusula 22.ª Regulamento Geral de Proteção de Dados

1. O contrato, no que respeita ao tratamento de dados pessoais, tem a justificação legal do tratamento de dados pessoais necessários e fundamentais à prossecução da missão, atribuições e competências da Secretaria-Geral da Educação e Ciência previstas nas disposições conjugadas das alíneas a) e l) do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2012, de 31 de janeiro, e do artigo 8.º da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, regendo-se ainda pelo Código de Conduta da Secretaria-Geral Educação e Ciência.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Entidade adjudicante e a Entidade adjudicatária estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), adiante designado RGPD, sendo a Secretaria-Geral da Educação e Ciência o responsável pelo tratamento de dados e a Entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7) e 8) do artigo 4.º, do n.º 1 do artigo 24.º e do n.º 1 do artigo 28.º todos do RGPD.
3. O tipo de dados, as categorias dos titulares dos dados, as operações de tratamento de dados pessoais bem como as condições de conservação e armazenamento e respetivo prazo de conservação serão devidamente especificados em anexo ao presente contrato, quando assim se justifique.

4. Entre as partes contratantes, respetivamente enquanto responsável pelo tratamento de dados e subcontratante, são estabelecidos e reciprocamente aceites os seguintes direitos e obrigações:

- a) O Adjudicatário comunica, no prazo de 30 dias a contar da formalização da adjudicação, a entidade adjudicante da informação relativa ao seu *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados), designadamente o contacto telefónico e o endereço de correio eletrónico.
- b) O Adjudicatário acede à informação e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação de serviços abrangida pelo contrato, exclusivamente para esse fim, na medida, por conta e de acordo com as instruções da Secretaria-Geral da Educação e Ciência e nos termos da legislação aplicável, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no RGPD.
- c) O Adjudicatário deve fornecer à Secretaria-Geral da Educação e Ciência se requerido, a documentação necessária para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações e permitir que eventuais verificações, previstas no âmbito do RGPD, sejam realizadas pela Secretaria-Geral da Educação e Ciência ou por outra entidade credenciada ou por aquela mandatada para o efeito.
- d) O Adjudicatário deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou a aceder a dados pessoais, nos termos e para os efeitos das especificações técnicas descritas no contrato, têm os conhecimentos necessários e especializados para aplicar as medidas técnicas e organizativas, de modo que o tratamento que efetuarem seja conforme com o RGPD e demais legislação aplicável.
- e) O Adjudicatário obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela utilização dos dados pessoais e pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores, e entidades públicas ou privadas subcontratadas ou terceiros, quando for o caso.
- f) O Adjudicatário obriga-se a tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção (*Privacy by design*) e da proteção de dados por defeito (*Privacy by default*), no que diz respeito às ferramentas que adquire e utiliza, produtos, aplicações ou serviços prestados por subcontratados.
- g) A Entidade Adjudicatária, no momento da recolha dos dados, para efeitos das operações necessárias a realizar, que possam envolver dados pessoais sob responsabilidade de tratamento da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, deve informar os titulares dos dados ou os seus representantes legais.

- h) Para efeitos do número anterior, o Adjudicatário deve manter os respetivos registos individualizados por titular de dados, por representante legal quando for o caso, por cada operação de tratamento, de acordo com as indicações expressas da Secretaria-Geral da Educação e Ciência.
- i) O Adjudicatário no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD deve, auxiliar a Secretaria-Geral da Educação e Ciência no cumprimento da obrigação de responder aos pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais.
- j) Quando os titulares dos dados pessoais, para efeitos de exercício de direitos legalmente protegidos, solicitarem diretamente ao Adjudicatário, esclarecimentos sobre questões de privacidade dos sistemas de tratamento de dados pela Secretaria-Geral da Educação e Ciência, aquela deve enviar os pedidos, em caso de necessidade, para o seguinte endereço de correio eletrónico: dpo@sec-geral.mec.pt
- k) O Adjudicatário através do responsável pelo tratamento de dados, deve notificar a Secretaria-Geral da Educação e Ciência de qualquer violação de dados pessoais, que cause impacto nos direitos do titular dos dados, de acordo com os critérios que venham a ser definidos pela autoridade de controlo nacional, num prazo máximo de 24 horas após o conhecimento dos mesmos, através do envio de mensagem para o seguinte endereço de correio eletrónico: dpo@sec-geral.mec.pt, acompanhada de toda a documentação relevante a fim de permitir à Secretaria-Geral da Educação e Ciência enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º ou 34.º do RGPD.
- l) A informação a disponibilizar pela Entidade adjudicatária à Secretaria-Geral da Educação e Ciência deve conter toda a informação requerida pela autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados, CNPD) para efeitos de notificação de violação de dados pessoais, conforme informação disponibilizada em: https://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm.
- m) O Adjudicatário apoia em caso de necessidade, a Secretaria-Geral da Educação e Ciência responsável pelo tratamento de dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD.
- n) As avaliações de impacto referidas na alínea anterior atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro.

- o) A Secretaria-Geral da Educação e Ciência e o Adjudicatário comprometem-se a implementar as medidas de segurança, previstas nas orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março e outras medidas específicas que sejam necessárias implementar, nomeadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD.
- p) A Entidade adjudicatária deve disponibilizar à Secretaria-Geral da Educação e Ciência, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos.
- q) A Secretaria-Geral da Educação e Ciência, relativamente aos seus sistemas e plataformas informáticos, compromete-se a fornecer ao Adjudicatário as instruções específicas que se revelem necessárias ao tratamento de dados pessoais realizado pelo Adjudicatário abrangidos pelo RGPD e demais legislação aplicável.
- r) A contratação, pelo Adjudicatário, de outro subcontratante está sujeita à prévia autorização por escrito, geral ou específica da primeira outorgante nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD.
- s) Os direitos da Secretaria-Geral da Educação e Ciência e do Adjudicatário, atendendo à natureza do tratamento de dados pessoais objeto do contrato são os estabelecidos no RGPD e demais legislação aplicável.
- t) O Adjudicatário colabora com o *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados) da Secretaria-Geral da Educação e Ciência facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

Cláusula 23.ª Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação comunitária e portuguesa em vigor.

ANEXO I

1. Observações:

Os serviços de fiscalização, devem garantir o cumprimento de todos os requisitos legais associados aos trabalhos a efetuar, no âmbito dos serviços de empreitada para a implementação das medidas eficiência energética no âmbito do POSEUR.

a) Entre os quais:

- a) Verificação da qualificação de todos os técnicos envolvidos no serviço de empreitada;
- b) Verificação da presença do técnico de TIM a supervisionar ou a realizar as operações de instalação e a presença de outros técnicos qualificados para deteção de fugas;
- c) Solicitação de PSS e plano de gestão de resíduos em projeto da obra e acompanhamento de PSS de plano de gestão de resíduos aprovados;
- d) Exigência de relatórios de medições, caso sejam efetuadas, e certificado atualizado de calibração dos instrumentos utilizados;
- e) Exigência de marcação CE em todos os produtos e equipamentos a utilizar, sempre que aplicável;
- f) Exigência de documentação técnica relativa aos produtos ou equipamentos, redigida em português;
- g) Exigência de manuais e garantias dos equipamentos a instalar;
- h) Exigência de fichas dos produtos elétricos com indicações do consumo de energia, quando não apostas nos produtos;
- i) Exigência das fichas de dados de segurança dos produtos;
- j) Controlo da apresentação de E-GARs.

2. Requisitos legais de Segurança e Saúde:

- a) Lei n.º 31/2009, de 03 de julho e alterações posteriores - Qualificação profissional dos responsáveis por projetos e pela fiscalização e direção de obra;
- b) Lei n.º 41/2015 de 3 de junho e alterações posteriores - Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção;
- c) Lei n.º 14/2015 de 16 de fevereiro - Requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas - para a execução das instalações elétricas;

19/20

- d) Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pelo Lei n.º 61/2018 de 21 de agosto - Regime das instalações elétricas particulares;
- e) Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro e Portaria n.º 101/96 de 3 de abril - Condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis;
- f) Decreto-Lei n.º 105/91 de 8 de março - Regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro;
- g) Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de dezembro, alterada pela Portaria 178/2015 de 15 de junho - prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho;
- h) Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro e alterações posteriores – Regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios;
- i) Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro e alterações posteriores – Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE);

3. Requisitos legais de Responsabilidade Social:

- a) Lei n.º 7/2009 e alterações posteriores e Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro e alterações posteriores – o adjudicatário deve cumprir a legislação laboral aplicável em relação aos seus trabalhadores;
- b) O adjudicatário deve preencher o Imp.SIG.21 e entregar a cópia assinada à entidade adjudicante.